



SOBRE PRESENÇA E AUSÊNCIA: REVISÃO DE LITERATURA SOBRE MULHERES NEGRAS NO SUAS¹

Cláudia de Oliveira Alves²

Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, DF, Brasil.

Sheila Giardini Murta³

Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, DF, Brasil.

Ana Luísa Coelho Moreira⁴

Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília, DF, Brasil.

Resumo: As mulheres negras formam o maior grupo de usuárias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Apesar disso, a temática das relações raciais é pouco discutida no âmbito desse sistema. O presente estudo parte de uma perspectiva de interseccionalidade para analisar a (re)produção de vulnerabilidades sociais e os impactos nas condições de vida. O objetivo desta pesquisa consiste em investigar a produção de conhecimento científico sobre a inserção de mulheres negras no SUAS. A revisão integrativa de literatura localizou sete estudos e os resultados apontam para uma ínfima produção nacional. Embora a raça seja entendida como elemento importante para compreender a desigualdade social, as discussões centram-se principalmente nas relações de gênero e/ou de classe. A produção de conhecimento sobre as mulheres negras usuárias do SUAS precisa avançar, considerando as dimensões de raça e de gênero, com vistas ao aprimoramento e à execução da Política de Assistência Social.

Palavras-Chave: Mulheres negras; Raça; Sistema Único de Assistência Social; Interseccionalidade; Revisão de literatura.

ON PRESENCE AND ABSENCE: LITERATURE REVIEW ON BLACK WOMEN AT SUAS

¹ Este artigo foi inspirado e sustentado pela pesquisa de doutorado da primeira autora, orientada pela segunda autora.

²Psicóloga. Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. E-mail: claoalves@hotmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5111-8824>

³ Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília. E-mail: giardini@unb.br ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5515-5219>

⁴ Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. E-mail: analuisacm.psi@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2528-0737>



Abstract: Black women form the largest group of users of the Unified Social Assistance System (SUAS). Despite this fact, the theme of race relations is little discussed in the context of this system. The present study starts from an intersectional perspective to address the (re)production of social vulnerabilities and impacts on living conditions. The objective of this research was to investigate the production of scientific knowledge on the insertion of black women at SUAS. An integrative literature review was conducted, which located seven studies. The results point to a very small national production. Although race is understood as an important element to understand social inequality, the discussions focus mainly on gender and/or class relations. The production of knowledge about black women users of SUAS needs to advance, considering the dimensions of race and gender, with a view to improving and implementing the Social Assistance Policy.

Keywords: Black women; Race; Unified Social Assistance System; Intersectionality; Literature review.

SOBRE PRESENCIA Y AUSENCIA: REVISIÓN DE LA LITERATURA SOBRE MUJERES NEGRAS EM EL SUAS

Resumen: Las mujeres negras constituyen el grupo más grande de usuarios del Sistema Único de Asistencia Social (SUAS) de Brasil. Sin embargo, el tema de las relaciones raciales es poco discutido en el contexto de este sistema. El presente estudio parte de una perspectiva de interseccionalidad para abordar la (re)producción de vulnerabilidades sociales e impactos en sus condiciones de vida. El objetivo de esta investigación fue examinar la producción de conocimiento científico sobre la inserción de mujeres negras en el SUAS. Se realizó una revisión integradora de la literatura, que ubicó siete estudios. Los resultados apuntan a una producción nacional muy pequeña. Aunque la raza se entiende como un elemento importante para comprender la desigualdad social, las discusiones se centran principalmente en las relaciones de género y/o clase. Es necesario avanzar en la producción de conocimiento sobre las mujeres negras usuarias del SUAS, considerando las dimensiones de raza y género, con miras a mejorar e implementar la Política de Asistencia Social

Palabras-clave: Mujeres negras; Raza; Sistema Único de Asistencia Social; Interseccionalidad; Revisión de literatura.

SUR LA PRÉSENCE ET L'ABSENCE: REVUE DE LITTÉRATURE SUR LES FEMMES NOIRES AU SEIN DU SYSTÈME UNIFIÉ D'ASSISTANCE SOCIALE (SUAS) DU BRÉSIL

Résumé: Les femmes noires constituent le plus grand groupe d'utilisatrices du Système unifié d'assistance sociale (SUAS) du Brésil. Malgré cela, la thématique des relations raciales est peu discutée dans le cadre de ce système. Cet étude puise sa perspective de l'intersectionnalité afin d'aborder la (re)production de vulnérabilités sociales et d'impacts sur les conditions de vie. L'objectif de cette recherche a été d'étudier la production de connaissances scientifiques sur l'insertion des femmes noires dans le SUAS. Une revue intégrative de la littérature a été menée, qui a localisé sept études. Les résultats indiquent une très petite production nationale. Bien que la race soit comprise comme un élément important pour comprendre les inégalités sociales, les discussions se concentrent principalement sur les relations de genre et/ou de classe. La production de

connaissances sur les femmes noires utilisatrices du SUAS doit progresser, compte tenu des dimensions de la race et du sexe, en vue d'améliorer et de mettre en œuvre la politique d'assistance sociale.

Mots-clés: Femmes noires; Race; Système unifié d'assistance sociale du Brésil; Intersectionnalité; Revue de littérature.

INTRODUÇÃO

A criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) representou um avanço em termos de proteção do Estado às famílias e aos indivíduos brasileiros em contexto de vulnerabilidade e pobreza. Ao se tornar uma política de Estado, ela significou um passo importante no reconhecimento de seus usuários como sujeitos de direitos, contrapondo a lógica filantrópica e caritativa que historicamente guiou a assistência social no Brasil (CORDEIRO; SVARTMAN; SOUZA, 2018; CRUZ; GUARESCHI, 2012). Presente em quase todos os municípios brasileiros, a PNAS atende aproximadamente a 25% da população brasileira (BRASIL, 2018b). A proposta geral dessa política visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, fazendo enfrentamento à pobreza, às desigualdades sociais e à promoção da equidade e justiça social (BRASIL, 2004).

Um aspecto de interesse na PNAS é a vulnerabilidade social, apesar de não ser explicitamente definido nos documentos oficiais. Vulnerabilidade social pode ser compreendida como produto de iniquidades sociais, pois fatores sociais influenciam ou moldam a suscetibilidade de grupos serem prejudicados e afetam sua capacidade de responder aos eventos da vida (CUTTER, 2011; CUTTER; BORUFF; SHIRLEY, 2003). Idade, gênero, raça e condição socioeconômica são as características mais listadas na literatura como influenciadores na situação de vulnerabilidade social. Somados a esses aspectos também estão estes: falta ou reduzido acesso a recursos (materiais e não materiais, incluindo informação, conhecimento, tecnologia); limitado acesso à representação e poder político; capital social (incluindo *networks* e redes de apoio); crenças e costumes; condições de moradia, desemprego, educação (CUTTER, BORUFF; SHIRLEY, 2003), deficiência, dentre outros.

Complementando esse entendimento, Soares (2017) descreve que, no âmbito da PNAS, vulnerabilidade social é entendida como o conjunto de situações de vida que contribuem para impedir acesso a direitos (tais como adoecimento, evasão escolar,



ausência de renda, fragilização de vínculos familiares e/ou comunitários, violência, dentre outros). O texto inaugural da PNAS apresenta as condições que caracterizam situações de vulnerabilidade e risco social:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005, p. 33).

Para fazer enfrentamento a situações de vulnerabilidade social, a PNAS se pauta na proposta de proteção social, que é implementada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse sistema se divide em dois níveis: a) Proteção Social Básica: definida como o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; b) Proteção Social Especial: definida como o conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (BRASIL, 2009; 1993).

Mulheres negras em situação de vulnerabilidade social e pobreza formam um dos principais grupos de usuários do SUAS. Apesar de não haver muitos dados oficiais disponíveis com recorte racial das pessoas atendidas no âmbito do sistema, dados indiretos apontam que, em termos numéricos, as mulheres negras representam o maior grupo (BRASIL, 2018a). No ano de 2019 havia 42.130.103 pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal, das quais aproximadamente 56% eram mulheres e 71% eram negras (CADASTRO, 2018). O CadÚnico é utilizado para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda e funciona como porta de entrada para diversas políticas públicas, incluindo programas e benefícios da assistência social, como o Programa Bolsa Família (PBF). Dados do IPEA (2011) apontam que, no ano de 2006, dos domicílios que recebiam Bolsa Família 70% eram chefiados por pessoas negras e 30% por pessoas brancas. No ano de 2018, o PBF contava



com cerca de 13.9 milhões de beneficiários. Desse total, mais de 90% dos responsáveis familiares eram mulheres e 75% eram mulheres negras (CADASTRO, 2018).

Os fatores que contribuem para a ampla presença de mulheres negras como usuárias do SUAS têm raízes históricas no processo de colonização, ao mesmo tempo em que são reproduzidos e reeditados por mecanismos atuais de produção de desigualdades, mantendo forte ligação com o contexto social, econômico e político. Racismo, sexismo, e classismo, dentre outros marcadores, se entrelaçam nas histórias das mulheres negras gerando contextos de vulnerabilidades que têm impacto nas condições de vida como um todo. As situações às quais mulheres negras foram e são submetidas ao longo dos anos têm contribuído para múltiplas desigualdades tanto materiais quanto simbólicas (FERREIRA; NUNES, 2020; WAISELFISZ, 2015). Nesse sentido, as análises sobre feminização e racialização da pobreza apontam processos naturalizados que colocam as mulheres, em particular as negras, em desvantagem nas condições de vida, levando-as a configurar um grupo expressivo entre os usuários do SUAS.

A perspectiva interseccional é uma lente útil e necessária para analisar essa complexidade. A afro-americana Kimbérle Crenshaw (2002) foi uma das pioneiras a sistematizar a ideia de interseccionalidade (apesar de várias outras teóricas, principalmente do feminismo negro, terem apontado a mesma questão sem assim nomear, a exemplo de Lélia González (1984)) para discutir como o racismo se relaciona com outros sistemas de dominação. Nenhum sistema de opressão, segundo a autora, deve ser considerado mais potente que o outro, uma vez que é na configuração assumida na história de cada indivíduo que eles terão significado. No caso das mulheres negras brasileiras em situação de pobreza, racismo, sexismo e classismo se entrelaçam de maneira perversa, reproduzindo desigualdades nas várias dimensões da vida dessa população (BAIROS, 1995; HOOKS, 2015; COLLINS, 2000; GONZALEZ, 1988). Concorde-se, aqui, com Akotirene (2019) quando a autora salienta que na abordagem interseccional a raça é uma categoria analítica imprescindível. Apesar disso, análises que considerem raça e racismo são frequentemente negligenciadas no âmbito do SUAS, ainda que seu principal público seja composto majoritariamente por mulheres negras.

Almeida (2019) discute que, mesmo na ausência de elementos biológicos ou culturais que justifiquem a discriminação entre seres humanos, a noção de raça é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar segregação. Esse autor define racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como



fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2019, p. 23). O racismo, nesse sentido, é sempre estrutural, pois está presente nas entranhas políticas e econômicas da sociedade e se materializa na discriminação racial. No caso do Brasil, a estrutura social se fundou e se mantém permeada pelo racismo contra pessoas negras. Dessa forma, a compreensão do uso social da categoria raça ajuda a evidenciar determinantes que operam para iniquidades em várias áreas, como saúde, educação, moradia, renda, dentre outras (BELGRAVE; ALLISON, 2019).

Sexismo pode ser entendido como um sistema de opressão baseado no gênero que privilegia o masculino e oprime o feminino, estruturando as relações sociais entre homens e mulheres (LÓPEZ-SÁEZ; GARCÍA-DAUDER; MONTERO, 2019). Esse sistema abarca desde a dimensão cultural até a simbólica, alcançando os níveis pessoal e interpessoal, produzindo iniquidades que impactam sistêmica e sistematicamente todas as dimensões da vida das mulheres (ALVES; DINIZ, 2015; CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016) e da população LGBTQI+. Classismo, por sua vez, também se refere a um sistema discriminatório, baseado na estruturação da sociedade em classes, que cria desigualdades em várias dimensões (CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016). No Brasil, as classes pobres e trabalhadoras ocupam posições de desprestígio e reiteradamente sofrem os impactos da desigualdade social. Destarte, como já advertiram González (1984) e hooks (2019), para entender o status das mulheres negras na sociedade, é necessário considerar o impacto do racismo, do sexismo, do classismo nas experiências de vida e seus desfechos nas condições materiais, de saúde física e mental e nos processos subjetivos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2015, a população brasileira era composta por 201.660.929 habitantes. Aproximadamente $\frac{1}{4}$ desse total é formado por mulheres negras, considerando as autoidentificadas como pretas e pardas, uma vez que esses dois grupos apresentam condições e barreiras sociais muito semelhantes (IBGE, 2017). As mulheres negras brasileiras lidam cotidianamente com racismo e discriminação racial. Almeida (2019, p. 23) pontua que práticas discriminatórias diretas e indiretas produzem consequências que levam à “estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado.” Corroborando esse entendimento,



Jaccoud (2008) aponta que a situação socioeconômica, as condições de vida e desenvolvimento humano, a inserção no mercado de trabalho e acesso a bens e equipamentos sociais são amplamente impactados pelo racismo.

A partir da análise de renda, seguindo a definição proposta pelo Programa Brasil Sem Miséria, no ano de 2009 homens e mulheres negras estavam mais localizados nas condições de extremamente pobres, pobres e vulneráveis. As taxas de pobreza de mulheres negras estavam ligeiramente acima das taxas para homens negros. A população considerada branca está mais localizada na condição de não pobres. No ano de 2009, as mulheres negras tinham uma renda equivalente a 51% da renda das mulheres brancas (MARCONDES et al., 2013). Ao longo do tempo, esse quadro não sofreu mudanças significativas. O Relatório das Desigualdades GEMAA, a partir de indicadores provenientes da mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (PNADC), realizada pelo IBGE em 2016, aponta que o grupo de pessoas brancas recebe em média quase o dobro da renda dos não brancos: 88,8% a mais que pretos e 89,7% a mais que os pardos (CAMPOS; FRANÇA; FERES JÚNIOR, 2018).

Ainda que classe social seja geralmente pensada a partir de variações na renda e no acesso a bens de consumo, essa compreensão se mostra limitada. Scalon (2011) destaca que ao pensar a pobreza deve-se considerar sua complexidade, uma vez que está ligada à privação de capacidades básicas, que somadas a outros fatores “conduz à vulnerabilidade, exclusão, carência de poder, de participação e voz, exposição ao medo e à violência – enfim, à exclusão de direitos básicos e de bem-estar” (SCALON, 2011, p. 53). Nesse sentido, a pobreza deve ser pensada para além da escassez. Ela é um fator que se soma a todas as outras vulnerabilidades gerando um ciclo de não acessos constantes.

Em relação à escolaridade, estratégias de ações afirmativas permitiram a ampliação da presença de mulheres negras nos últimos anos no ensino superior, mas ainda é muito inferior à presença de mulheres brancas e homens brancos, ficando à frente somente dos homens negros. Em 2009 a taxa líquida de escolarização no ensino superior das mulheres negras era de 9,91%, ao passo que a das mulheres brancas era de 23,81%, representando uma diferença de 13,9 pontos percentuais entre esses dois grupos. A mesma proporção também se apresenta em relação à escolarização no nível médio (MARCONDES et al., 2013).

Apesar da evolução nos últimos anos, a população negra ainda tem menor acesso a bens e à internet (MARCONDES et al., 2013), ocupa as piores posições no campo do



trabalho e tem os piores salários (PAIXÃO; GOMES, 2012; WAISELFISZ, 2015). Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE, Paixão e Gomes (2012) analisaram o período de 1995 a 2006 sobre indicadores do mercado de trabalho e apontaram que o emprego doméstico era ocupado principalmente por mulheres negras. A ocupação não remunerada era mais comum entre as mulheres e principalmente entre as mulheres negras. A dimensão do trabalho é relevante, uma vez que, ao afetar o trabalho, outras dimensões são impactadas (mobilidade social e cultural; condições de saúde física e psíquica; dentre outras). Trata-se de um “efeito dominó” na vida da própria pessoa e dos seus descendentes (CONSELHO, 2017).

Na dimensão da saúde, diversos estudos têm apontado que a discriminação racial gera desfechos que impactam a saúde física e mental (GOTO; COUTO; BASTOS, 2013; MATA; PELISOLI, 2016), apesar da produção científica sobre essa última ainda receber pouca atenção no Brasil. Estudos que apontam a repercussão do racismo na saúde mental revelam que este não é um tema recente, como evidenciou o trabalho de Neuza Santos Souza (1983). Entretanto, a revisão de literatura realizada por Gouveia e Zanillo (2018) apontou que esse é um tema de baixa produção acadêmica no país. O racismo e a discriminação são determinantes associados ao adoecimento e à morte precoce de mulheres e homens negros (WERNECK, 2016). Quanto à expectativa de vida, mulheres negras apresentam menor índice quando comparadas às mulheres brancas. Somam-se a isso as dificuldades de acesso a serviços de saúde e infraestrutura social e maior vitimização por violência da juventude negra (MARCONDES et al., 2013). O número de assassinatos de mulheres negras também é maior que o de mulheres brancas. Entre os anos de 2003 e 2013, os homicídios de mulheres brancas caíram 9,8%, enquanto os homicídios de mulheres negras aumentaram 54,2% (WAISELFISZ, 2015).

Tal cenário demonstra que a pobreza e a desigualdade social no Brasil são gendrificadas (feminina) e racializadas (negra). Mas essa realidade não é vivenciada pelas mulheres negras de forma passiva, como já destacou Sueli Carneiro (2003) e várias outras estudiosas. Desde o período escravagista, as mulheres negras têm se organizado, lutado por melhorias em suas condições de vida e reivindicado direitos. Entretanto, como lembrou hooks (2019, p. 8), “ser forte perante a opressão não é o mesmo que superar a opressão, que a sobrevivência não é para ser confundida com a transformação.” Uma vez que a desigualdade social vivenciada pelas mulheres negras na sociedade brasileira é produzida na e pela teia interseccional de processos históricos, políticos, sociais,



econômicos, o enfrentamento dessa desigualdade também deve passar por essas dimensões. Nessa tarefa, as políticas públicas precisam ter um papel central, como é o caso da Política Nacional de Assistência Social, objeto de análise neste trabalho, à qual outras devem se somar.

Os poucos dados sobre o recorte de raça sinalizam uma incipiente presença de debates sobre a temática no campo da PNAS. Não se pode perder de vista que o campo das políticas públicas é um terreno de disputa de concepções e projetos de sociedade. Alvo de muitas ações de aprimoramento desde sua criação, essa política pública tem dado passos embrionários na compreensão cada vez maior da importância de se considerar as especificidades das populações atendidas na formulação, implementação e oferta de serviços, projetos e programas. Recentemente, o II Plano Decenal da Assistência Social 2016/2026 apresentou, na diretriz da plena universalização do SUAS, “o reconhecimento da diversidade e da presença de vulnerabilidades de condições de vida das famílias, marcada pela vivência de diversidades culturais, étnicas, raciais, socioeconômicas, políticas e territoriais” (BRASIL, 2016, p. 26). Para implementar ações de enfrentamento de desigualdades e promoção de equidade, esse Plano propõe focar em alguns grupos específicos, como mulheres e pessoas negras, entendidos nesse documento como estando em situação de maior vulnerabilidade.

A esse respeito, Mariano e Carloto (2013) apontam que a avaliação de programas sociais, a partir de uma perspectiva interseccional, pode contribuir para a superação de compreensões parciais das condições das mulheres que resultam em ações ineficientes no campo das políticas sociais. Quanto à questão racial, as autoras salientam que “a predominância da população negra entre os mais pobres é em si um fator de análise sobre a configuração da desigualdade brasileira, e essa característica deve ser levada em consideração e enfrentada pelas políticas sociais” (MARIANO; CARLOTO, 2013, p. 142).

Entende-se que reconhecer as especificidades dos usuários é fundamental para o aperfeiçoamento da política, pois permite adequar a capacidade de atendimento às demandas do público-alvo, considerando suas especificidades. Mas é preciso colocar o foco ~~para~~ além do indivíduo para não incorrer no erro de adotar uma visão reducionista de processos que são multidimensionais. Para tanto, é necessário um avanço na compreensão dos mecanismos sociais que atravessam as experiências dos usuários e contribuem para as situações de vulnerabilidade sociais. Apesar disso, como apontou

Costa (2017), a dimensão racial e suas repercussões na vida das famílias e indivíduos usuários da PNAS ainda têm sido pouco abordadas.

Considera-se que a produção de conhecimento científico é essencial para embasar o aprimoramento da PNAS (CORDEIRO; SVARTMAN; SOUZA, 2018). Por isso, é fundamental que tal produção consiga abarcar a complexidade da realidade que ela intenta modificar. Consoante com esse entendimento, o objetivo do presente estudo foi descrever e analisar as discussões da literatura científica sobre mulheres negras na PNAS/SUAS. As perguntas que nortearam o estudo foram: Quais são as características dos estudos publicados sobre as mulheres negras no SUAS? Quais são os focos dos estudos? Como as discussões sobre raça/cor são abordadas? Uma vez que não foi localizado na literatura nenhum estudo de revisão com essa proposta, o presente estudo visa contribuir para suprir esta lacuna.

MÉTODO

Este estudo consiste em uma revisão integrativa de literatura sobre as publicações científicas referentes à atenção oferecida às mulheres negras na Política Nacional de Assistência Social. Esse tipo de investigação propõe a revisão de uma ampla amostra, permitindo a inclusão de vários tipos de estudos, a combinação de dados da literatura teórica e empírica e a adoção de um vasto leque de propósitos (revisão de teorias e evidências, definição de conceitos, dentre outros). Isso permite acessar evidências científicas sobre temáticas determinadas, o que por sua vez pode guiar a prática na respectiva área (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). As fases adotadas da revisão integrativa de literatura foram: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos resultados; e apresentação da revisão/síntese do conhecimento (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

A busca foi conduzida nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Repositórios de Acesso Abierto a la Ciencia (La Referencia), no Portal de Periódicos da CAPES, e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT (BDTD). As palavras de busca foram “mulheres negras”, “raça”, “racismo”, “cor”, “assistência social”, “Política Nacional de Assistência Social”,



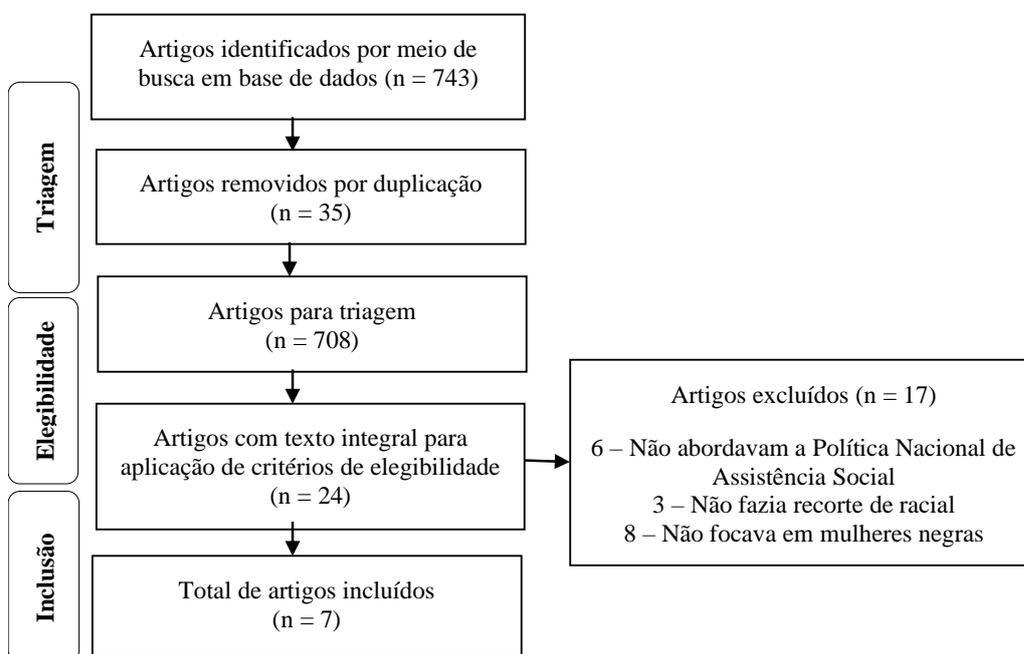
“proteção social básica” e “proteção social especial”, “Sistema Único de Assistência Social”. Foram feitas tentativas preliminares de localizar publicações a partir dessas palavras de busca em inglês e espanhol, mas não foram localizados textos com potencial para fazer parte da amostra. Por isso, optou-se pelo uso das palavras de busca apenas em português, com a seguinte estratégia de busca: [(“mulheres negras” OR “raça” OR “cor” OR “racismo”) AND (“assistência social” OR “Política Nacional de Assistência Social” OR “proteção social básica” OR “proteção social especial” OR “Sistema Único de Assistência Social”)].

Os critérios de inclusão foram: a) artigos publicados em periódicos, revisados por pares, teses e dissertações que abordassem a presença de mulheres negras na Política Nacional de Assistência Social; b) acesso eletrônico disponível ao texto completo. Os critérios de exclusão foram: a) textos que abordassem a presença de mulheres negras em outras políticas de assistência social que não a brasileira; b) artigos que discutissem políticas públicas de uma forma geral ou outra política pública sem focar na política de assistência social.

Foram identificados 743 textos nas etapas de triagem, distribuídos da seguinte forma: LILACS, 255; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT (BDTD), 60; La Referencia, 110, Portal de Periódicos da CAPES, 318. 35 textos foram excluídos por duplicidade. Foi realizada a leitura de título e resumo de todos os relatos na etapa de triagem, aplicando os critérios de inclusão e exclusão, e foram selecionados 24 para leitura completa do texto, resultando em sete textos incluídos na amostra (Figura 1). A seleção ocorreu em dois momentos distintos. A primeira seleção ocorreu em julho de 2019 quando a amostra final foi de cinco estudos. O processo de seleção foi repetido em julho de 2020 e a amostra final contou com sete textos. Na tentativa de maximizar o alcance dos estudos publicados disponíveis, foi realizada uma busca nas listas de referências bibliográficas dos artigos já recuperados. Entretanto, nenhuma outra publicação se enquadrou nos critérios de elegibilidade.

O conteúdo dos textos foi analisado e foram eleitas as seguintes categorias para discussão (KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014): a) características gerais (tipo de estudo e publicação, ano, autoria); b) foco dos estudos (nível de proteção, objetivos e discussões centrais); c) discussões sobre raça/cor e interseccionalidade (como raça/cor e a perspectiva de interseccionalidade são abordadas nos estudos). A análise dos textos foi realizada por duas avaliadoras para fortalecer a validade do estudo.

Figura 1: Diagrama da seleção de artigos



Fonte: Autoria Própria, 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apontam que, apesar de serem o maior grupo de usuários do SUAS, há escassez de produções científicas que abordem a inserção das mulheres negras na PNAS. A revisão contou com uma amostra total de sete publicações (Tabela 1). Os dados ainda sinalizam que a produção de conhecimento nessa temática tem sido realizada predominantemente por mulheres, vinculadas a instituições da região sul do país.

Características gerais

O texto mais antigo encontrado foi publicado no ano de 2011 e os mais recentes em 2019. Os estudos são predominantemente artigos científicos (GOMES, 2011; JORGE; BRANDÃO, 2012; MARIANO; CARLOTO, 2013; SOARES; MACHADO, 2017; OLIVEIRA; BATTISTELLI; CRUZ, 2019; OLIVEIRA et al., 2019) e uma dissertação de mestrado (SOARES, 2017). Três dos artigos científicos são teóricos (GOMES, 2011; OLIVEIRA; BATTISTELLI; CRUZ, 2019; OLIVEIRA et al., 2019). Três artigos e uma



dissertação apresentam estudos de caso (JORGE; BRANDÃO, 2012; MARIANO; CARLOTO, 2013; SOARES, 2017; SOARES; MACHADO, 2017).

Quanto à autoria, as publicações localizadas foram produzidas por 11 mulheres e um homem. Em relação à formação, duas das autoras possuem graduação e todas as outras possuem mestrado ou doutorado. A vinculação institucional está ligada a instituições das Regiões Sul (Paraná e Rio Grande do Sul: Mariano e Carloto, 2013; Soares, 2017; Soares e Machado, 2017; Oliveira, Battistelli e Cruz, 2019; Oliveira et al., 2019), Sudeste (Rio de Janeiro: Gomes, 2011; Jorge e Brandão, 2012) e Nordeste do país (Oliveira et al., 2019). As áreas de formação das autoras são Ciências Sociais (3), Serviço Social (1) e Psicologia (8).

Serviço Social e Psicologia estão entre as principais especialidades no âmbito do SUAS, com presença obrigatória em quase todas as unidades de atendimento (BRASIL, 2012). A Sociologia, ramo das Ciências Sociais, também é uma especialidade prevista, apesar de sua presença não ser explicitamente obrigatória. Portanto, essas disciplinas têm muito a contribuir para o aprimoramento da política em relação à temática racial, mas precisam empreender esforços tanto no nível de formação quanto no nível de produção de conhecimento.

Tomando como exemplo a Psicologia, área de formação e atuação das autoras do presente estudo, apesar da inserção nos principais equipamentos da PNAS, o tema das relações raciais ainda é incipiente no processo de formação, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Profissionais que queiram ter conhecimento sobre essas temáticas geralmente precisam buscar essa discussão por iniciativa própria, fora dos espaços formais. Nesse sentido, Santos e Schucman (2015, p. 136) alertam que a relevância que será dada aos temas no exercício da prática depende da distribuição e frequência com que estes foram tratados durante a formação de psicólogos(as) e pesquisadores(as). Essa ausência de discussão da temática é observada na psicologia clínica, área de atuação mais tradicional da Psicologia (GOUVEIA; ZANELLO, 2019); e nas demais áreas de atuação parece não ser diferente. Em publicação recente, o Conselho Federal de Psicologia ressaltou que psicólogos ainda continuam distantes de discussões que reconhecem que o racismo contribui para a manutenção da população negra em situação de pobreza e vulnerabilidade social (CONSELHO, 2017).

Ressalta-se que o trabalho dos profissionais da assistência social não deve ter apenas o papel de não discriminar, mas de contribuir para o enfrentamento dos



mecanismos estruturais da sociedade que (re)produzem desigualdades e discriminações. Isso passa pelo campo da formação, produção de conhecimento e prática profissional. Entretanto, independentemente da especialidade, o que se quer evidenciar com este estudo é o baixo investimento dessas áreas de conhecimento em produzir estudos sobre a presença de mulheres negras no SUAS a partir de uma perspectiva que adote a raça como elemento relevante.

Tabela 1: Publicações sobre a inserção de mulheres negras no SUAS

Autoras	Tipo de estudo/texto	Área de Formação das Autoras	Região (UF)	Nível de proteção abordado
Simone da Silva R. Gomes (2011)	Teórico/Artigo	Psicologia	RJ - (UFRJ)	Proteção Social Básica e Especial Programa - Bolsa Família
Amanda Lacerda Jorge e André Augusto P. Brandão (2012)	Estudo de caso/Artigo	Ciências Sociais	RJ - (UFF-RJ)	Proteção Social Básica /BPC
Silvana Aparecida Mariano e Cássia Maria Carlotto (2013)	Estudo de caso/Artigo	Ciências Sociais/ Serviço Social	PR - (Londrina)	Proteção Social Básica/Bolsa Família
Lissandra Vieira Soares (2017)	Estudo de caso/Dissertação	Psicologia	RS - (UFRGS)	Proteção Social Básica
Lissandra Vieira Soares e Paula Sandrine Machado (2017)	Estudo de caso/Artigo	Psicologia	RS - (UFRGS)	Proteção Social Básica
Thais Gomes de Oliveira; Bruna Moraes Battistelli e Lílian Rodrigues da Cruz (2019)	Teórico/Artigo	Psicologia	RS - (UFRGS)	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial
Érika Cecília Soares Oliveira; Bruna Moraes Battistelli; Luciana Rodrigues e Lílian Rodrigues da Cruz (2019)	Teórico/Artigo	Psicologia	AL - (UFAL)/ RS - (UFRGS)	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial

Fonte: Autoria Própria, 2020.

Foco dos estudos

A Proteção Social Básica é o nível mais abordado nas publicações. Dois estudos tratam do Programa Bolsa Família (GOMES, 2011; MARIANO; CARLOTTO, 2013), um aborda de forma indireta o Benefício de Prestação Continuada (JORGE; BRANDÃO, 2012), dois estudos discutem o acompanhamento das mulheres pelo CRAS (SOARES, 2017; SOARES; MACHADO, 2017) e um estudo trata da PNAS como um todo (OLIVEIRA; BATTISTELLI; CRUZ, 2019).

Em seu estudo teórico, Gomes (2011) tece críticas ao Programa Bolsa Família a partir de uma crítica feminista. Os argumentos centrais levantados pela autora apontam que os programas de transferência de renda possuem um caráter individualista, que responsabiliza as famílias pela superação de sua condição. Nesse cenário, a autora aponta que o fato de as mulheres serem interpeladas a responder pelas condicionalidades impostas por receber o benefício (manutenção da frequência escolar dos filhos, vacinação e pré-natal para gestantes) reafirma a naturalização do papel de cuidadora atribuído socialmente às mulheres, contribuindo para sua subalternização.

O estudo de Jorge e Brandão (2012) objetivou compreender as possibilidades de acesso à cobertura previdenciária rural pelas mulheres idosas da comunidade quilombola Agreste, localizada em São João da Ponte, Minas Gerais. Os principais achados apontam que a desvalorização social do trabalho realizado pelas mulheres nas fazendas, muitas vezes visto como uma extensão do trabalho doméstico, resulta em baixa remuneração e dificuldade para comprovar o trabalho e acessar direitos sociais e previdenciários. Por esse motivo, geralmente recorrem ao BPC, um benefício socioassistencial da PNAS, para garantir uma renda mensal. Assim, elas se inserem como usuárias do SUAS, principalmente por uma dificuldade de acesso ao direito previdenciário e por todas as consequências que as expõem às diversas vulnerabilidades sociais.

Mariano e Carloto (2013) analisa os aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família, comparando a realidade de beneficiárias brancas e negras em Uberlândia, Minas Gerais, e Londrina, Paraná. Os principais resultados da pesquisa apontam que as mulheres negras possuem menor renda, escolaridade mais baixa, maior índice de famílias monoparentais e condições precárias de trabalho remunerado. Quanto à percepção dos benefícios obtidos com o PBF, todas as mulheres relatam se sentir mais respeitadas nas relações familiares e com mais responsabilidades, sendo que esse resultado foi ligeiramente mais alto para as mulheres negras.

A pesquisa de Soares (2017) analisa as trajetórias de vida de mulheres acompanhadas por serviços da Proteção Social Básica no SUAS. Uma discussão sobre produção da subjetividade, racismo, branquitude, precariedade e desmantelamento dos serviços socioassistenciais foi tecida em articulação com as histórias de vida das participantes. Um dos resultados da pesquisa aponta que “a despeito de um contexto de desproteção, as participantes da pesquisa desenvolvem estratégias de articulação, como



laços de solidariedade, composto por familiares, vizinhança e instituições que compõem seu território” (SOARES, 2017, p. 112).

O estudo de Soares e Machado (2017) é fruto da dissertação da primeira autora, descrito acima, e objetivou defender a “Escrevivência”, conceito criado pela renomada escritora Conceição Evaristo, como método de investigação e produção de conhecimento. Para tanto, utilizaram os dados da pesquisa de Soares (2017) como exemplo de aplicação da Escrevivência para narrar histórias de vida de mulheres acompanhadas pela proteção social básica na PNAS. Dois pontos se destacam no estudo: a) a centralidade das mulheres na função de responsáveis pela garantia de direitos dos filhos e b) criação de estratégias de articulação entre as mulheres por meio de laços de solidariedade como reação às barreiras estruturais criadas pelo Estado.

O estudo de Oliveira et al. (2019) teve como objetivo discutir as relações entre performance de maternidade, cuidado e racismo nas políticas públicas de Assistência Social. As autoras problematizam as relações entre cuidado e violência, interseccionadas pelas relações raciais a partir da problematização da centralidade da maternidade na PNAS. O desenvolvimento do ensaio teórico foi realizado por meio de reportagens sobre experiências maternas em cenários de desigualdade social.

Oliveira, et al. (2019) conduziram um ensaio teórico por meio do qual apresentaram uma discussão sobre raça e racismo e como estes se articulam com a constituição e implementação das políticas públicas, especialmente a de Assistência Social. As autoras problematizam, a partir da produção de conhecimento em psicologia social, a escassa discussão sobre raça e racismo no âmbito da PNAS, assim como a constante ideia de sujeito universal.

Se no nível da proteção social básica os estudos sobre mulheres negras são escassos, no nível da proteção social especial parecem ser ausentes. Apesar de o SUAS se dividir em dois níveis de proteção (básica e especial), que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios, a maior parte dos estudos localizados foca em benefícios (PBF e BPC) e na proteção social básica. A pequena quantidade de estudos localizados não permite afirmar que há uma tendência em se estudar esse nível de proteção. O que fica evidente é a pífia produção de conhecimento sobre a temática no âmbito dessa política. Vale ressaltar que a PNAS é muito mais ampla que os programas de transferência de renda, apesar de constantemente ser confundida com estes, abarcando desde programas de transferência de renda, trabalho social com famílias (BRASIL, 2009) até programas



de prevenção ao uso de álcool e outras drogas para famílias com crianças e adolescentes (MENEZES; NOBRE-SANDOVAL; MURTA, 2020), dentre outros.

O racismo (juntamente com sexismo e classismo, dentre outros marcadores da diferença) contribui para ciclos de não acessos. O estudo de Jorge e Brandão (2012) evidenciou que essa configuração dificulta o alcance ao direito previdenciário pelas mulheres negras. Quanto a essa questão, Akotirene (2019) aponta que as mulheres negras têm dificuldade de se aposentar pela previdência, pois é mais difícil elas terem empregos formais, sendo uma prerrogativa não apenas de gênero, mas também de classe. É, portanto, indispensável que estudos abordem a presença das mulheres negras na proteção social especial, uma vez que situações de violações de direitos são amplamente vivenciadas por essa população, como já apontado. O racismo institucional vivenciado por elas dentro dos equipamentos do SUAS também precisa ser abordado, discutido e combatido.

Discussões sobre raça e interseccionalidade

Nas publicações sobre mulheres negras no SUAS, as discussões sobre relações raciais, racismo, ou, de um modo geral, sobre as interseccionalidades presentes nas experiências das mulheres negras são pouco abordadas ou apenas citadas superficialmente. Nos estudos localizados, a discussão sobre gênero aparece de forma mais preponderante. Isso aponta para o processo persistente de universalização das experiências das mulheres, fenômeno evidenciado por teóricas do movimento feminista negro há várias décadas (CARNEIRO, 2003b).

O estudo de Gomes (2011) apenas cita que, em sua maioria, as beneficiárias do PBF são mulheres, chefes de família, negras e pobres. A autora ainda menciona que a raça é um elemento estruturante da pobreza, assim como gênero, o que submete as mulheres a subordinações econômicas e identitárias, mas que frequentemente as análises sobre programas de transferência de renda desconsideram esses elementos. Apesar disso, a autora não faz análises sobre raça ou racismo, e seu foco prevalece na análise das relações de gênero. Sobre as referências utilizadas pela autora também não há indícios de que alguma delas faça essa discussão.

Jorge e Brandão (2012) apontam raça e gênero como fatores importantes para pensar o acesso à previdência rural. O estudo parte de um conceito sociológico de raça,

ou seja, da noção de que processos sociais hierarquizam os indivíduos a partir de traços fenotípicos, criando desigualdades, entre pessoas brancas e negras no caso do Brasil. Assim, raça é entendida como barreira para as pessoas negras no acesso às políticas sociais. Além disso, a discriminação racial impacta ganho material, mobilidade social, bem-estar e qualidade de vida. Não obstante tecerem uma importante consideração sobre a discriminação racial de pessoas negras na sociedade, os autores articulam pouco essas reflexões com a vivência das mulheres participantes da pesquisa. O carro-chefe da discussão do estudo é a análise a partir da lente de gênero esvaziada de racialidade.

A discussão tecida por Mariano e Carlotto (2013) sobre pobreza parte de uma lente interseccional, e raça/cor aparece como uma categoria de análise atrelada ao gênero e à classe social, embasada em teóricas feministas brancas e negras. O estudo discute que o fato de as mulheres negras serem uma presença notável entre as pessoas pobres é um reflexo que tem raízes em processos históricos de (re)produção de desigualdades sociais. Nesse sentido, as autoras destacam que “os diferenciais de cor/raça identificados na pesquisa reforçam a necessidade de desenvolver indicadores que tenham perspectivas multidimensionais da pobreza, o que inclui gênero e cor/raça, entre outros” (MARIANO; CARLOTO, 2013, p. 413). Dessa forma, torna-se importante desenvolver perspectivas de avaliação nos programas sociais que interpelem a discriminação interseccional para não correr o risco de produzir visões parciais e/ou distorcidas sobre seus processos e impactos.

Os estudos de Soares (2017) e Soares e Machado (2017) questionam a noção de sujeito universal da PNAS, afirmando que essa ideia está, ideologicamente, alinhada com a branquitude. “Percebe-se um processo de homogeneização da experiência de pobreza, em que não são considerados, do ponto de vista da execução do trabalho, os demais marcadores sociais da diferença” (SOARES, 2017, p. 42). Nesse sentido, vale destacar o que afirma Akotirene (2019), quando a autora relembra que tomar a mulher como universal é um equívoco analítico. A capa da universalidade encobre a complexidade das experiências das mulheres, experiências essas forjadas nas dinâmicas sociais. Se as engrenagens que operam para a produção de desigualdades e vulnerabilidades sociais não são expostas, como combatê-las? Essa pergunta será retomada mais adiante.

O fato é que os estudos localizados nesta revisão, mesmo partindo de uma proposta de articulação entre raça, gênero, classe, dentre outros marcadores, trazem as análises sobre gênero de forma prevalente e, muitas vezes, isolada. Gomes (2011), ao abordar os programas de transferência de renda no Brasil, especificamente o Programa



Bolsa Família, aponta que, devido às mulheres terem que responder pelas condicionalidades impostas (manutenção da frequência escolar dos filhos, vacinação e pré-natal para gestantes), isso reafirma a naturalização do papel de cuidadora atribuído socialmente a esse grupo, contribuindo para sua subalternização. Nessa mesma direção, Soares e Machado (2017) destacam o papel central atribuído às mulheres pela garantia dos direitos de seus filhos quando são acompanhadas pela proteção social básica. As autoras evidenciam as exigências particulares feitas às mulheres para um exercício “satisfatório” da maternidade. É esperado que as mulheres usuárias do CRAS (majoritariamente negras) se dediquem quase que integralmente aos filhos ou filhas, ao passo que das mulheres de classe média (em sua maioria brancas) a retomada ao trabalho é incentivada. Para justificar essa última situação, muitas vezes se utiliza como embasamento conhecimentos do campo da psicologia (teorias sobre desenvolvimento infantil, vínculo mãe-bebê, dentre outros).

O estudo de Mariano e Carloto (2013) também problematiza o caráter familista vigente na proteção social brasileira que impacta diretamente no que é esperado das mulheres ao serem inseridas em atendimento ou acompanhamento. Para as autoras,

A perspectiva familista, que marca o modelo de proteção brasileiro, faz com que, no caso dessas mulheres em situação de pobreza, e de maioria negra, a combinação entre Estado, mercado e família seja perversa. A qualidade dos direitos sociais é precária, uma vez que se faz presente apenas quando a família tem sua capacidade de proteção aos seus membros exaurida e, mesmo nesses casos, ocorre com volumes que não propiciam a desmercadorização dos bens e serviços necessários para o bem-estar. A consequência desse modelo é que ele interfere muito pouco na redução da responsabilização das famílias para com o bem-estar dos indivíduos, em alguns sentidos inclusive as reforça, bem como não propicia a conciliação entre as demandas das tarefas domésticas reprodutivas e a inserção no mercado de trabalho remunerado (MARIANO; CARLOTO, 2013, p. 408).

Essa discussão aparece também no estudo de Jorge e Brandão (2012), que discutem como as construções sociais de gênero contribuem para que as mulheres sejam inseridas no SUAS como “pessoas que dela necessitam”, produzindo desigualdades. Os autores conduziram uma investigação sobre o acesso de mulheres quilombolas da comunidade quilombola Agreste à cobertura previdenciária rural. A desvalorização social do trabalho realizado pelas mulheres e a consequente dificuldade de acessar direitos previdenciários foram discussões centrais. Os autores nomeiam de “androcentrismo institucional” o fato de a legislação previdenciária aparentemente universalizar o acesso



aos trabalhadores e trabalhadoras rurais quando, na verdade, os requisitos para o acesso à cobertura previdenciária são cegos aos elementos de gênero, o que se configura como uma desvantagem para as mulheres (JORGE; BRANDÃO, 2012). Apesar de estarem investigando a realidade de mulheres predominantemente negras, gênero foi a lente privilegiada para analisar a dificuldade de acesso a direitos. Entende-se que, somado à análise sobre sexismo institucionalizado, o racismo institucional também poderia ter sido considerado.

O estudo de Mariano e Carloto (2013) objetivou analisar as possíveis variações relacionadas à condição de desigualdade entre mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, levando em consideração o quesito raça/cor das participantes. As autoras refletem que, mesmo avaliando positivamente os efeitos do benefício em suas vidas, isso não garante que as mulheres tenham independência e oportunidades equitativas no mercado de trabalho. As ocupações das tarefas reprodutivas também não são reduzidas.

A maior parte dos estudos analisados desenvolve mais a discussão sobre gênero do que sobre raça, embora o público das pesquisas se refira àquele atendido na política de assistência social, composto em sua maioria por mulheres negras. É inegável a importância de se adotar uma perspectiva de gênero para analisar as experiências, uma vez que contribui para desnaturalizar relações sociais. Por outro lado, ausentar-se da reflexão sobre raça, considerando políticas públicas com alcances sociais, configura-se também como um silenciamento naturalizado.

Zanello (2018) desenvolve estudos sobre os processos de subjetivação de mulheres e homens e destaca que o dispositivo materno é uma das vias pelas quais as mulheres se subjetivam. O dispositivo materno se refere a um processo histórico, cultural e biográfico que se traduz no cuidado numa equivalência entre procriar e cuidar. Esse processo torna as mulheres as principais responsáveis pelo cuidado, ao passo que cria barreiras em várias dimensões de suas vidas. Essa discussão foi a mais evidenciada nos estudos analisados.

A partir de uma perspectiva interseccional, entende-se que as experiências das mulheres não devem ser tomadas como separadas. A proposta não é hierarquizar os marcadores sociais, como alertou Crenshaw (2002). Em vez disso, deve-se, conforme ressalta Avtar Brah (2006, p. 351), atentar para o fato de que “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como variáveis independentes porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é



constitutiva dela.” O que se propõe não é fazer uma conta matemática de soma de opressões, como hooks (2019) também discute, mas sim reconhecer a trama de atravessamentos estruturais na qual os corpos são forjados, assim como seus sentidos subjetivos. Para isso, essas tramas precisam ser evidenciadas.

Essa proposta é relevante não apenas para pautar a produção de conhecimento em si, mas também porque esse conhecimento ajuda a orientar a prática. O estudo de Costa (2017) assinalou que a perspectiva de gênero está mais presente entre os temas abordados em grupos do PAIF no CRAS, enquanto a questão racial raramente é abordada, e, quando o é, geralmente acontece por iniciativa das/os usuárias/os. A autora destacou que uma das posturas comuns entre os profissionais é ignorar quando essa temática aparece. Por isso, investir em uma formação profissional que considere a questão racial e sua intersecção com outros marcadores sociais se torna fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos científicos são uma ferramenta importante tanto para embasar as políticas públicas quanto para se conhecer os impactos gerados por elas. Esse conhecimento deve ser utilizado para fundamentar construções, tomadas de decisões e aprimoramentos. O presente estudo demonstra que, após 16 anos desde a criação da PNAS, pouco se investiu em estudos que abordem a inserção de mulheres negras a partir de uma perspectiva interseccional ou racial nessa política pública. Os resultados apontam uma discussão ainda incipiente sobre raça no campo da PNAS. Mesmo os poucos estudos que se propõem a estudar mulheres negras pouco se aprofundam na discussão sobre raça e racismo. Dessa forma, torna-se fundamental desenvolver mais estudos que avaliem atendimento e resultados da política na vida das mulheres negras, contribuindo, assim, para seu contínuo aprimoramento.

A falsa ideia de democracia racial mascara processos de exclusão, marginalização e discriminação de pessoas negras na sociedade brasileira dificultando a constituição da raça como categoria de análise. Como bem salientou Foucault (1997), o que se acorda não dizer sobre algo diz muito. Nesse contexto, a falta de produção de conhecimento sobre as mulheres negras na assistência social e/ou não abordar o racismo é contribuir para manter encoberto processos que cooperam para a (re)produção da desigualdade social, alvo da política. Retoma-se a seguinte questão: se as engrenagens que operam para



produção de desigualdades e vulnerabilidades sociais não são expostas, como combatê-las? Entende-se que essas condições dificultam, quando não inviabilizam, o êxito de políticas que se proponham a reduzir condições de vulnerabilidade social.

As políticas públicas são uma via potente para fazer o enfrentamento das condições adversas às quais as mulheres negras são submetidas cotidianamente. Todavia, precisam levar em conta a complexidade de determinantes que concorrem para gerar quadros de vulnerabilidade social. Concorda-se com Scalon (2011), que defende que o Estado e a sociedade como um todo têm um papel fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais, principalmente por meio de políticas sociais. A autora salienta que para um contexto de desigualdade multidimensional, como é o caso brasileiro, são necessárias ações que considerem tanto questões mais focalizadas, como é o caso de desigualdade racial e de gênero, como questões que são mais universais, como é caso do direito à seguridade social.

Quando comparada com as políticas de Saúde e Educação, a Assistência Social está muito atrás em termos de incorporação do debate racial nos documentos oficiais e de desenvolvimento de estudos científicos sobre a temática. Entende-se como outra ação indispensável a de dar visibilidade à questão da raça nos dados oficiais dos serviços, programas, projetos e benefícios que compõem a política. O estudo de Brambilla (2019) sobre os principais documentos oficiais norteadores da PNAS aponta que a luta pela igualdade racial não é um eixo central nessa política, tampouco a desigualdade racial é compreendida como um dos fatores que contribuem para a vulnerabilidade social. Destarte, até pouco tempo atrás, o prontuário utilizado no âmbito do SUAS não possuía o quesito raça/cor para identificação das(os) usuárias(os).

As instituições estão inseridas na sociedade, fazem parte dela e, assim, expressam seus processos constitutivos. Não se pode apostar unicamente em uma instituição, ou em uma única política pública como a PNAS, para dar conta de problemas complexos como a desigualdade social. Entretanto, a PNAS tem uma responsabilidade importante, junto às demais instâncias sociais, nessa empreitada. A formação profissional tem papel relevante nesse processo. Uma vez que as políticas públicas são elaboradas, implementadas e aprimoradas por profissionais, é importante que estes tenham uma formação comprometida tanto com a compreensão desses processos quanto com seu enfrentamento. Isso deve ocorrer nos vários níveis de formação (educação básica, graduação, pós-graduação) dos diversos profissionais do SUAS.



Concorda-se com o alerta de Almeida (2019) quando este aponta que não tomar a raça como elemento de análise das questões da sociedade representa falta de compromisso com a ciência e, conseqüentemente, com o enfrentamento das desigualdades sociais. O aprimoramento do combate ao racismo institucional, por exemplo, precisa acontecer para que a própria política pública não seja mais uma fonte de reedição de processos de exclusão, funcionando, assim, na contramão do que deveria ser sua proposta. Recorrendo novamente a Almeida (2019), o autor ressalta que as instituições precisam combater a desigualdade racial, para que esta não seja mais uma reprodutora de práticas racistas já naturalizadas em toda a sociedade.

A discussão tecida neste estudo não propõe uma restrição da política pública em relação ao público atendido. O que se defende é que as estruturas mais nevrálgicas da desigualdade social sejam evidenciadas, para que se possa construir uma política de assistência social que se afaste de uma proposta da gestão da pobreza, a fim de contribuir para transformações mais significativas na sociedade. O racismo, entendido como um dos estruturadores da sociedade, quando não reconhecido e problematizado, fica no campo do invisível, o que contribui para que seus impactos sejam individualizados. Para isso, a perspectiva interseccional oferece contribuições valiosas. Destarte, Akotirene (2019, p. 46) lembra que interseccionalidade também “se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças.” É difícil separar como as vias de opressão operam, pois essas são experimentadas quase sempre simultaneamente. Mas evidenciá-las torna possível o combate às suas estruturas.

O racismo, como argumenta Butler (2019), contribui para um enquadramento interpretativo de algumas populações como vidas não passíveis de luto, perdíveis. Essas vidas compreendidas como sacrificáveis, uma vez que assim foram enquadradas, são as que mais sofrem a violência, legítima e ilegítima, do Estado, a fome e as pandemias. Essas populações, por não serem consideradas “valiosas, são obrigadas a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte” (BUTLER, 2019, p. 45) da pobreza, das doenças, dentre outros. A autora argumenta, com base nesse entendimento, que direito à proteção não está posto para todos. No caso do Brasil, a população negra (as mulheres negras principalmente) é constantemente enquadrada, ou lida, como vidas perdíveis. Em um contexto de pandemia, como a da Covid-19, fica evidente a frágil noção de proteção social para essas populações, que são vistas como vidas sacrificáveis. Diante da precariedade da vida e da necropolítica



escancarada (MBEMBE, 2018), cabe flertar com o chamado para a responsabilização que Butler tece:

[...] Para sustentar a vida como sustentável é necessário proporcionar essas condições e batalhar por sua renovação e seu fortalecimento. [...] Nossas obrigações são precisamente para com as condições que tornam a vida possível, não para com a ‘vida em si mesma’ ou, melhor dizendo, nossas obrigações surgem da percepção de que não pode haver vida sustentada sem as condições de sustentação, e que essas condições são, ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e a matéria de nossas decisões éticas mais árduas (BUTLER, 2019, p. 42-43).

Para finalizar, sugere-se que estudos futuros investiguem de forma mais ampliada as publicações sobre mulheres negras no SUAS, incluindo outras bases de dados e livros publicados. A proposta inicial deste estudo foi analisar as publicações sobre empoderamento de mulheres negras no SUAS, uma vez que a proposta de empoderamento perpassa os objetivos das ações do SUAS. Como não foram encontradas publicações sobre a temática, sugere-se que ela seja abordada em outros estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; *Pólen*, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; *Pólen*, 2019.
- ALVES, Cláudia de Oliveira; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Gênero, feminismos e sua inserção na psicologia clínica. In: CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; TAFURI, Maria Izabel; CHATELARD, Daniela Scheinkman. (Org.). *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea*, v. 2. Brasília: Technopolitik, 2015, P. 596-616.
- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, 1995, p. 458-463.
- BELGRAVE, Faye Z.; ALLISON, Kevin W. African american psychology: From Africa to América. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washinton DC, *Melbourne*: SAGE, 2019.
- BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, v. 5, n. 11, 2011, p. 121-136.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26, 2006, p. 329-376.
- BRAMBILLA, Beatriz Borges. Um nó escamoteado: a dimensão subjetiva da desigualdade social e seus desdobramentos na política de Assistência Social. *Tese (Doutorado em Psicologia Social)* - Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.



BRASIL. Casa Civil. Lei n. 8742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Presidência da República. *Casa Civil*, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acessado em: 20 de março de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. 2004. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/export/sites/Default/pol/legislacao/legislacaoDocumentos/código_etica.pdf. Acessado em: 15 de junho de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, DF: SNAS, 2005.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Brasília, DF: MDS, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução Conselho Nacional de Assistência Social, n. 33 dezembro de 2012. Aprova a NOB SUAS. Brasília: CNAS, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução Conselho Nacional de Assistência Social, n. 7, de 18 de maio de 2016. Aprova o II Plano Decenal de Assistência Social (2016/2026). Brasília, CNAS, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Boletim Mulheres no SUAS. Brasília: MDS, v. 5. (*Boletins Vigilância Socioassistencial*), 2018a. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-5-CGPVIS.pdf>. Acessado em: 21 de julho de 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Censo SUAS 2017: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social. *Brasília*, 2018b.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução Sérgio Lamarão e Arnaldo M. Cunha, 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CADASTRO ÚNICO. Ministério da Cidadania. 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/informes/informe-gestores>. Acessado em: 23 de julho de 2019.

CAMPOS, Luiz Augusto; FRANÇA, Danilo; FERES JUNIOR, João. *Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe*. GEMAA, v. 2, 2018, p. 1-18.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003a, p. 117-132. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acessado em: 18 de março de 2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: *Takano Editora*, 2003b. p. 49-58.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York, NY: *Routledge*, 2000.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os. Brasília: CFP, 2017.

CORDEIRO, Mariana Prioli; SVARTMAN, Bernardo; SOUZA, Laura Vilela (Org.). Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas. São Paulo: *Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo*, 2018.

COSTA, Gracyelle. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. *O Social em Questão*, v. 38, 2017, p. 227-246.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza. O psicólogo e as políticas de assistência social. Petrópolis: *Vozes*, 2012.

CUTTER, Susan L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 93, 2011, p. 59-69.

CUTTER, Susan L.; BORUFF, Bryan J.; SHIRLEY, W. Lynn. Social vulnerability to environmental hazards. *Social Science Quarterly*, v. 34, n.1, 2003, p. 242-261.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani, São Paulo: *Boitempo*, 2016.

FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; NUNES, Simone Costa. Mulheres negras: um marcador da desigualdade racial. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. 33, 2020, p. 508-534. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/674>. Acesso em: 08 setembro de 2020.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves, Rio de Janeiro: *Forense Universitária*, 1997.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda: o caso do Bolsa Família no Brasil. *Revista Textos & Contextos*, v. 10, n.1, 2011, p. 69-81.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis International*, v. 9, 1988, p. 133-141.

GOTO, Janaina Brugnera; COUTO, Paulo Francisco Mastella; BASTOS, João Luiz. Revisão sistemática dos estudos epidemiológicos sobre discriminação interpessoal e saúde mental. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 29, n. 3, 2013, p. 445-459.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. *Psicologia em Estudo*, v. 24, e42738. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722019000100239. Acessado em: 20 de março de 2021.



GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Saúde mental e racismo contra negros: Produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 3, 2018, p. 450-464. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000300450. Acessado em: 20 de março de 2021

HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo. Tradução Libanio Bhuvi, Rio de Janeiro: *Rosa dos Tempos*, 2019.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 16, 2015, p. 193-210.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa de população. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>. Acessado em: 15 de junho de 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. 4ª ed. Brasília: *Ipea*, 2011.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mário. (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: *Ipea*, 2008, p. 135-170.

JORGE, Amanda Lacerda; BRANDÃO, André Augusto Pereira. Androcentrismo institucional e o acesso a aposentadoria rural entre mulheres quilombolas da comunidade de Agreste-MG. *Revista Ártemis*, v. 13, 2012, p. 161-173.

KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von. Manual de produção científica. Porto Alegre, RS: *Penso*, 2014.

LÓPEZ-SÁEZ, Miguel Ángel; GARCÍA-DAUDER, Dau; MONTERO, Ignacio. El sexismo como constructo en psicología: una revisión de teorías e instrumentos. *Quaderns de Psicologia*, v. 21, n. 3, 2019, e1523. Disponível em: <https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v21-n3-lopez-garcia-montero/1523-pdf-es>. Acessado em: 20 de março de 2021.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: *IPEA*, 2013.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. *Revista Sociedade e Estado*, v. 28, n. 2, 2013, p. 393-417.

MATA, Valdisia Pereira da; PELISOLI, Catula Luz. Expressões do racismo como fator desencadeante de estresse agudo e pós-traumático. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 03, n. 1, 2016, p. 126-140.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini, São Paulo: *N-1 Edições*, 2018.

MENEZES, Jordana Calil Lopes de; NOBRE-SANDOVAL, Larissa de Almeida; MURTA, Sheila Giardini. Local adaptations to implement the strengthening families program in northeastern Brazil. *International journal of mental health and addiction*, v. 18, 2020, p. 1-14.



OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; BATTISTELLI, Bruna Moraes; CRUZ, Lílian Rodrigues da. Cuidado, maternidade e racismo: reflexões entre psicologia e assistência social. *Psi UNISC*, v. 3, n. 2, 2019, p. 115-125.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares et al. Raça e política de assistência social: Produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39 (n.spe 2), 2019, p. 141-152. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932019000600303&script=sci_arttext. Acessado em: 20 de março de 2021.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio Gomes. (Org.) *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: *Selo Negro*, 2012. p. 297-313.

SANTOS, Alessandro de Oliveira; SCHUCMAN, Lia Vainer. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogos(as). *Revista EPOS*, v. 6, n. 2, 2015, p. 117-140.

SCALON, Celi. Desigualdades, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Revista Contemporânea, Dossiê Diferenças e (Des)igualdades*, v. 1, 2011, p. 49-68.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em *Psicologia Social*. *Revista Psicologia Política*, v. 17, n. 39, 2017, p. 203-219.

SOARES, Lissandra Vieira. *Escrevivências sobre mulheres negras acompanhadas pela proteção social básica: uma perspectiva interseccional. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.*

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, v. 8, 2010, p. 102-106. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf Acessado em: 11 de março de 2010.

SOUZA, Neusa Santos. *Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: *Edições Graal*, 1983.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2016. Homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília: *FLACSO*, 2015.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, v. 25, n. 3, 2016, p. 535-549.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: *Appris*, 2018.

Recebido em: 16/09/2020

Aprovado em: 11/03/2021